

Partes Convenentes: Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e a Prefeitura Municipal de Ittu.

Onde lê:Valor:R\$:67.110,86 sendo R\$:64.379,86 de responsabilidade do Estado e R\$: 2.730,90 de responsabilidade da conveniada, leia-se: Valor:R\$:67.110,86 sendo R\$:64.379,96 de responsabilidade do Estado e R\$: 2.730,90 de responsabilidade da conveniada.

**Do D.O. de 27-12-2007**

Em Partes Convenentes: Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e a Prefeitura Municipal de Aparecida D'Oeste.

Onde lê:Valor:R\$:60.000,00 sendo R\$:70.000,00 de responsabilidade do Estado e R\$: 10.000,00 de responsabilidade da conveniada, leia-se: Valor:R\$:60.000,00 sendo R\$:50.000,00 de responsabilidade do Estado e R\$: 10.000,00 de responsabilidade da conveniada.

**Do D.O. de 28-12-2007**

No Resumo de Convênio

Processo SELT n.º 874/2007

Convênio n.º 220/2007

Onde se lê: Partes Convenentes: ... Prefeitura Municipal de Ipaussu, leia-se: Parte Convenentes: ...Prefeitura Municipal de Ipaussu.

Onde se Lê: Objeto: Reforma de Ginásio de Esportes, leia-se: Objeto Reforma e Ampliação de Ginásio de Esportes.

Em Partes Convenentes: Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e a Prefeitura Municipal de Salesópolis.

Onde lê: Convênio n.º 299/2007, leia-se: Convênio n.º 298/2007

No Convênio n.º: 420/2007

Onde lê: Partes Convenentes: Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e a Prefeitura Municipal de Pedrinhas, leia-se:Partes Convenentes: Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e a Prefeitura Municipal de Pedrinhas Paulista.

No Convênio n.º: 220/2007

Onde lê: Partes Convenentes: Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e a Prefeitura Municipal de Ipaussu, leia-se: Partes Convenentes: Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e a Prefeitura Municipal de Ipaussu.

**De 29-12-2007**

Em Partes Convenentes: Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e a Prefeitura Municipal de Americana.

Onde lê:Valor:R\$:179.773,80 sendo R\$:150.000,00 de responsabilidade do Estado e R\$: 29.773,80 de responsabilidade da conveniada, leia-se: Valor:R\$:180.000,00 sendo R\$:150.000,00 de responsabilidade do Estado e R\$: 30.000,00 de responsabilidade da conveniada.

Partes Convenentes: Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e a Prefeitura Municipal de Piquete.

Onde lê: Data de Assinatura: 06/12/2007, leia-se: Data de Assinatura: 28/12/2007

Retificação D.O. De 08 de Janeiro de 2008

Partes Convenentes: Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e a Liga de Esportes Radicais.

Onde lê: Gestor Técnico: Mario Augusto Graf Moraes, leia-se:Gestor Técnico: Lauro Eduardo Prado Gonçalves.

## Meio Ambiente

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**Resolução SMA - 3, de 14-1-2008**

Dispõe sobre procedimentos do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizadas na Região Metropolitana de São Paulo e sujeitas ao regime do Balcão Único

O Secretário do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de aperfeiçoar os procedimentos para fins de expedição de licenças e autorizações de empreendimentos e atividades localizadas na Região Metropolitana de São Paulo, do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais - DEPRN e do Departamento de Uso do Solo Metropolitano - DUSM, resolve:

Artigo 1º - Os pedidos de licenciamento de empreendimentos, obras e atividades localizados nos municípios atendidos pelas Equipes Técnicas do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais - DEPRN e do Departamento de Uso do Solo Metropolitano - DUSM de Embu, Mogi das Cruzes e São Bernardo do Campo, que dependam de manifestação exclusivamente desses dois departamentos, não estão sujeitos ao regime do Balcão Único, criado pela Resolução 35 de 28 de junho de 1996.

Parágrafo 1º - O protocolo dos pedidos enquadrados nesta situação, bem como o atendimento ao público, será realizado nas equipes técnicas regionais do DUSM e do DEPRN.

Parágrafo 2º - Os pedidos de licenciamento de empreendimentos, obras e atividades localizados nas Unidades Descentralizadas de São Paulo e Cantareira continuam sujeitos ao regime do Balcão Único.

Parágrafo 3º - Os municípios atendidos pelas diferentes Equipes Técnicas do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais - DEPRN e Departamento de Uso do Solo Metropolitano - DUSM estão relacionados no Anexo desta Resolução.

Artigo 2º - Para os demais casos, ficam inalteradas as condições previstas no Artigo 1º da Resolução SMA 35 de 28 de agosto de 2006.

Artigo 3º - A Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais expedirá regulamento para os novos procedimentos a serem adotados.

Artigo 4º - Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

ANEXO - Áreas de atuação das equipes técnicas do Departamento de Uso do Solo Metropolitano - DUSM e da Divisão Regional Metropolitana de São Paulo do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais - DEPRN:

I - Equipes Técnicas de São Paulo, abrangendo os Municípios de São Paulo, Taboão da Serra e Osasco.

II - Equipes Técnicas da Cantareira, abrangendo os Municípios de Caieiras, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã.

III - Equipes Técnicas de São Bernardo do Campo e do Poupa Tempo - SBC -, abrangendo os Municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

IV - Equipes Técnicas de Mogi das Cruzes, abrangendo os Municípios de Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano.

V - Equipes Técnicas de Embu das Artes, abrangendo os Municípios de Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba, São Lourenço da Serra, Vargem Grande Paulista.

### GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL

**Comunicado**

Em obediência à Resolução 5, de 24/04/97, publicada em 10/05/97, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, justificamos e indicamos, a seguir, os pagamentos que devem ser providenciados de imediato para o bom andamento desta pasta, cujo não cumprimento implicará em prejuízos à ordem interna. Tais pagamentos estão sendo efetuados, excluindo-se da ordem cronológica da inscrição no Siafem.

PDS a serem pagas

260001

DATA: 14/1/2008

UG LIQUIDANTE	NUMERO DA PD	VALOR
260101	2007PD00086	5.412,00
260101	2008PD00025	4.500.000,00
TOTAL	4.505.412,00	
TOTAL GERAL	4.505.412,00	

### INSTITUTO FLORESTAL

**Despacho do Diretor Geral-Substituto, de 16-10-2007**

Processo SMA n.º 41.575/2002 - 7º volume - Pregão (Presencial) n.º 034/2005 - Contrato n.º 001/2003 - Aprovando o reajuste.

A vista dos elementos constantes dos presentes autos, em especial o cálculo de reajusta de fls. 3038, a proposta e manifestações da Seção de Despesa e da Senhora Diretora Administrativa, as quais acolho, aprovo os cálculos efetuados e autorizo o reajustamento de 3,978% sobre o valor mensal corrigido, até 30 de abril de 2007, do contrato n.º 002/2003, que tem como objetivo execução dos serviços de limpeza, asseio e conservação predial e áreas internas do Parque Estadual da Cantareira, passando a ser de R\$ 18.939,35 o valor mensal atualizado.

Autorizo ainda, e a despesa resultante de R\$ 44.115,13 sendo R\$ 26.155,67 no exercício de 2007 e R\$ 17.959,45 no exercício de 2008.

**Extrato de Termo Aditivo**

Processo SMA n.º 40.123/2006 - 2 º volume

Contratação Direta

Contrato n.º 010/2006

Contratante: Instituto Florestal.

Contratada: Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP)

CNPJ:- 47.903.507/0001-55

Objeto:- Prorrogação do Prazo contratual em 10 (dez) meses encerrando-se em 19 de setembro de 2008.

Valor:- R\$ 1.043.240,00;

Data de assinatura: 14 de novembro de 2007;

Responsável pela execução:

Pelo contratante: Cláudio Henrique Barbosa Monteiro;

Pela contratada: Vera Lúcia Cabral Costa.

Responsáveis pela gestão:

Pela contratante: Ana Maria Gouveia

Pela contratada: Neide Sarcení Hahn

## COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

**Despacho da Coordenadora, de 11-1-2008**

**Ratificando**, nos termos do Artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, a inexistibilidade de Licitação, declarada pela Diretora Geral do DEPRN, com fundamento no “Caput” do Artigo 25 do mencionado Diploma Legal, referente a realização de despesa com malote entre a Regional Baixada Santista e Vale do Ribeira e suas Equipes Técnicas:

Processo SMA - Empresa

26.01.04 000.066/2008 - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

#### DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

**Despacho da Diretora Geral, de 11-1-2008**

**Autorizando**, nos termos do “Caput” do Artigo 25 da Lei Federal 8.666/93, a Inexistibilidade de Licitação, referente à despesa com serviço de malote, entre a Regional Baixada Santista e Vale do Ribeira e suas Equipes Técnicas.

Processo SMA - Empresa

26.01.04 - 000.066/2008 - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

# Procuradoria Geral do Estado

#### GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

#### PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO

**Portaria G. PR-1 - 1, de 10-1-2008**

A Procuradora do Estado Respondendo pelo Expediente da Procuradoria Regional da Grande São Paulo, e à vista do que consta das Deliberações CPGE nºs 59/95 e 60/95, resolve:

Artigo 1º - Fica constituída Comissão para a realização de Concurso para admissão de 12 vagas (ou mais vagas que vierem a ser criadas) de Estagiários de Direito na Procuradoria Regional da Grande São Paulo, na área do Contencioso Geral,Seccional de Santo André, os seguintes Procuradores do Estado: Dra. Telma Maria Freitas Alves dos Santos; Dr. José Luiz Borges de Queiroz; Dr. Seiji Yoshii; Dr. Alexandre Aboud e Dra. Natália Khalil Chad.

Parágrafo único - A comissão será presidida pela Dra. Telma Maria Freitas Alves dos Santos.

Artigo 2º - Os integrantes da Comissão deverão, desde logo, fixar e fazer publicar a data da realização do Concurso, que obedecerá às regras gerais estabelecidas pelo Conselho da PGE.

Artigo 3º -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Comunicado GPR-1 - 1, de 11-1-2008**

A Procuradoria Regional da Grande São Paulo, da Procuradoria Geral do Estado, faz saber que estarão abertas, no período compreendido entre os dias 12 a 26 de fevereiro de 2008, as inscrições para Estágio de estudantes de Direito, para preenchimento das vagas que se verificarem ou vierem a ser criadas na área do Contencioso Geral - Grande São Paulo, Seccional de Santo André, até o limite de 12 vagas.

O requerimento de inscrição, conforme modelo anexo, deverá ser assinado pelo(a) interessado(a) ou procurador(a) habilitado(a) e entregue, mediante recibo, no local onde o estágio é pretendido, na seguinte conformidade e localidades:

- SEDE DA SECCIONAL DE SANTO ANDRÉ: Rua Dona Elisa

Flaquer, 233 - 5º andar, Centro, Santo André-SP, e

- FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

- Núcleo de Prática Jurídica - NUPRAJUR: Rua Java, 425, Jardim do Mar, São Bernardo do Campo-SP.

O requerimento de inscrição deverá ser instruído com o comprovante de matrícula nos 7º, 8º, 9º ou 10º semestres da Faculdade de Direito oficial ou reconhecida, situada na Capital ou em qualquer Município da Região Metropolitana da Grande São Paulo.

Ficam reservadas às pessoas portadoras de deficiências 5% das vagas, consistente em 1 (uma) vaga. Esses(as) candidatos(as) deverão declarar no requerimento de inscrição a natureza e o grau da incapacidade que apresentarem. Se não houver candidatos(as) deficientes inscritos(as) ou aprovados(as), as vagas ficarão liberadas para os(as) demais candidatos(as) (Lei Complementar Estadual 683, de 18-9-1992).

O(A) candidato(a) aprovado(a) deverá, quando da Assinatura do Termo de Assunção das Funções de Estagiário,

firmar declaração de que não participa de outro estágio em órgão do Poder Público Estadual, ou em escritório de advocacia que atue contra a Fazenda do Estado, judicial ou extrajudicialmente, e que não existe contra sua pessoa nenhum processo ou condenação criminal.

O(A) candidato(a) que não estiver inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Seção de São Paulo deverá, no prazo de 10 dias após o credenciamento, comprovar que requereu a necessária inscrição.

A prova será realizada no dia 29 de fevereiro de 2008, às 13:00 horas, nas salas 06 e 07 das dependências da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, no endereço supra.

Os(As) candidatos(as) deverão comparecer neste dia e no local para realização do exame, consistente em prova escrita, composta de questões de múltipla escolha, além de uma dissertação que deverá ser desenvolvida em, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 30 (trinta) linhas; as questões de múltipla escolha versarão sobre Direito Civil (parte geral), Direito Processual Civil e Direito Constitucional; a dissertação versará sobre Direito Constitucional.

A prova escrita terá duração total de 2h30min (duas horas e meia), devendo o(a) candidato(a) comparecer ao local indicado com 30 (trinta) minutos de antecedência, munido(a) de cédula de identidade, protocolo de inscrição e caneta esferográfica azul ou preta. O não comparecimento implicará na desclassificação do(a) candidato(a).

Não será permitido o ingresso de candidatos(as) aos locais de prova usando camiseta regata, bermuda, shorts, calças curtas ou chinelos.

Durante a realização das provas não será permitida a consulta a qualquer legislação, doutrina, jurisprudência, ou anotações afins.

Caso o(a) candidato(a) utilize-se de qualquer meio fraudulento durante a execução da prova, a critério da Comissão de Concurso respectiva, será eliminado(a) do certame.

Durante a realização das provas, é vedado, ainda, o uso de aparelhos de telecomunicação, tais como telefones celulares, bip's, pagers, rádios, walkmans, cdplayers, fones de ouvido, bem como qualquer espécie de equipamento eletro-eletrônico. O(A) candidato(a) que fizer uso de tais equipamentos será excluído(a) do certame.

A seleção e a classificação dos(as) candidatos(os) serão feitas obedecendo o local de inscrição, separadamente, com base em nota obtida na prova escrita, sendo considerado aprova-do(a) aquele(a) que obtiver nota igual ou superior a 5 (cinco), em escala de 0 (zero) a 10 (dez).

Em caso de empate na classificação, terá preferência, sucessivamente, o(a) candidato(a) que obtiver maior nota na dissertação, na prova de Direito Processual Civil e de Direito Civil. Persistindo o empate, terá preferência o(a) candidato(a) mais idoso(a).

O credenciamento dos(as) candidatos(os) aprovados(os) será feito de acordo com a ordem de classificação e as disponibilidades orçamentárias e financeiras da Procuradoria Regional da Grande São Paulo, observando-se o limite de vagas existentes por Seccional.

Os(As) estagiários(as) cumprirão jornada semanal de 20 (vinte) horas, percebendo bolsa mensal de valor correspondente até 60% (sessenta por cento) do valor de referência de vencimentos fixados na Tabela I, para cargo de Procurador do Estado Nivel I, da escala de vencimentos instituída pelo artigo 2º da Lei Complementar nº 724, de 15 de julho de 1993, nos termos do Decreto nº 48.414/2004 e da Resolução PGE nº 01/2004, atualmente equivalente a R\$ 350,59 (trezentos e cinquenta reais e cinquenta e nove centavos).

Este concurso terá validade de um ano.

As informações podem ser obtidas no “site” da Procuradoria Geral do Estado: www.pge.sp.gov.br, na medida da disponibilidade do “site” ou pessoalmente nos endereços de inscrição.

MODELO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

ANEXO I

SENHOR(A) PROCURADOR(A) DO ESTADO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTAGIÁRIOS DA SECCIONAL DE SANTO ANDRÉ.

(nome) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, filho de \_\_\_\_\_ e de \_\_\_\_\_, natural de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, nascido(a) aos \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_,

portador(a) da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_, expedida pela Secretaria da

Segurança Pública do Estado de \_\_\_\_\_, e do C.P.F. nº \_\_\_\_\_, residente e domici-

liado na \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, Telefone(s) nº(s) \_\_\_\_\_,

aluno(a) regularmente matriculado(a) no \_\_\_\_\_º semestre da Faculdade de Direito \_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_, preenchendo os requisitos do Edital e juntando o comprovante de matrícula, vem requerer sua inscrição para a seleção de Estágio de Direito junto à Procuradoria Regional da Grande São Paulo - Seccional de SANTO ANDRÉ.

Termos em que, P. Deferimento. São Paulo \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

\_\_\_\_\_  
assinatura do(a) candidato(a)  
ANEXO II  
\* SOMENTE PARA CANDIDATOS(OS) PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

SENHOR(A) PROCURADOR(A) DO ESTADO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTAGIÁRIOS DA SECCIONAL DE SANTO ANDRÉ

(nome) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, filho de \_\_\_\_\_ e de \_\_\_\_\_, natural de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, nascido(a) aos \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_,

portador(a) da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_, expedida pela Secretaria da

Segurança Pública do Estado de \_\_\_\_\_, e do C.P.F. nº \_\_\_\_\_, residente e domicilia-

do na \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, Telefone(s) nº(s) \_\_\_\_\_,

aluno(a) regularmente matriculado(a) no \_\_\_\_\_º semestre da Faculdade de Direito \_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_, preenchendo os requisitos do Edital e juntando o comprovante de matrícula, vem requerer sua inscrição para a seleção de Estágio de Direito junto à Procuradoria Regional da Grande São Paulo - Seccional de SANTO ANDRÉ.

O(A) requerente declara que é portador(a) de deficiência \_\_\_\_\_, cujo grau é \_\_\_\_\_, para os fins da Lei Complementar Estadual 683/92.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

\_\_\_\_\_  
assinatura do(a) candidato(a)

#### PROCURADORIA REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**Comunicado**

O Procurador do Estado Chefe da Procuradoria Regional de Presidente Prudente, nos termos do artigo 2º, I, da Portaria GPG 249/91, comunica para manifestação de interesse dos órgãos da Administração Centralizada do Estado, que foram adjudicados em processos de Execução Fiscal movido pela Fazenda do Estado de São Paulo, os bens a seguir relacionados:

Ex. Fiscal nº. 179/01, Comarca de Presidente Epitácio, em face de Cerâmica Urubi Lt, Bens: 5.400 tijolos de 8 furos, avaliados em R\$ 1.026,00 (Proc. PGE. 18991-755670/07)

Ex. Fiscal nº. 161/04 e 203/04, Comarca de Presidente Epitácio, em face de Cerâmica Piquerobi Ltda, Bens: 21.000 tijolos de 8 furos, avaliados em R\$ 3.990,00 (Proc. PGE. 18991-755639/07)

Caso nenhum órgão estadual manifeste seu interesse, no prazo de 5 (cinco) dias, os bens serão doados à entidade filantrópica, assistencial ou prefeitura municipal deste Estado.

### PROCURADORIA REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO

**Comunicado**

A Procuradoria Regional de Ribeirão Preto, da Procuradoria Geral do Estado, faz saber que estarão abertas a todos os Procuradores do Estado, independentemente da área ou unidade de classificação, no período compreendido entre os dias 15 a 25 de janeiro de 2008, as inscrições para preenchimento de 05 (cinco) vagas para integrar a Comissão de Concurso para admissão de estagiários de Direito na Área do Contencioso Geral na Procuradoria Regional de Ribeirão Preto.

O requerimento de inscrição, conforme modelo anexo, deverá ser assinado pelo interessado ou procurador habilitado e entregue, mediante recibo na sede da Procuradoria Regional de Ribeirão Preto na Rua Cerqueira César, 333, 3º andar, Centro, São Paulo-SP, das 9h00 às 17h00 ou transmitida por Notes, dirigida aos Drs. Paulo Henrique Neme ou Mamor Getúlio Yura, Procurador do Estado Chefe da Unidade e Procurador do Estado Assistente, respectivamente.

Ocorrendo mais inscrições do que o número de vagas será realizado sorteio, no dia 30 de janeiro de 2008, às 15,00 horas, na sede da Procuradoria Regional de Ribeirão Preto, para escolha dos membros da Comissão, ficando os remanescentes na ordem de sorteio, como suplentes. Deste ato poderão participar todos os interessados, que desde já ficam cientes da data e horário acima. Caso não ocorra número de inscritos suficientes, serão designados Procuradores para exercerem as funções.

Constituída a Comissão, o Procurador do Estado Chefe da Procuradoria Regional de Ribeirão Preto designará o Presidente da Comissão, que coordenará os trabalhos e decidirá sobre as questões acerca das quais não tenha havido consenso entre os integrantes da Comissão.

O certame será realizado com a máxima brevidade possível, ficando os Procuradores inscritos sujeitos aos prazos a serem fixados pela Presidência, e deverão comparecer às reuniões, sob pena de desligamento.

Os membros da Comissão desenvolverão as seguintes atividades: a) divulgação do concurso; b) elaboração das questões da prova, com respectivo gabarito; c) aplicação da prova, em data a ser definida; d) correção da prova; e) exame e decisão de eventuais recursos; f) elaboração da lista de classificação dos candidatos aprovados; g) elaboração do relatório final do certame; h) participação em todas as reuniões necessárias ao planejamento e realização do concurso, na sede da Procuradoria Regional de Ribeirão Preto. Serão elaboradas atas de todas as reuniões, indicando-se a presença ou ausência dos membros.

As informações podem ser obtidas no site da Procuradoria Geral do Estado: www.pge.sp.gov.br, na medida da disponibilidade do site ou pessoalmente no endereço de inscrição.

MODELO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

ANEXO I

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PROCURADOR DO ESTADO CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO.

\_\_\_\_\_, Procurador(a) do Estado, classificado(a) na área do(a) \_\_\_\_\_, da Procuradoria \_\_\_\_\_, domiciliado em \_\_\_\_\_, Estado de São Paulo, residente na \_\_\_\_\_

Telefone(s) nº(s) \_\_\_\_\_, vem requerer sua inscrição para integrar a Comissão de Concurso de Estagiários da Área do Contencioso Geral da Procuradoria Regional de Ribeirão Preto.

Termos em que, P. Deferimento. Ribeirão Preto \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) interessado(a)

### PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS

**Despacho da Procuradora do Estado Chefe, de 04/01/2008**

Processo PGE GDOC 18762-525884/2007  
Contratante: Procuradoria Regional de Santos  
Contratada: Engeterpa Construções e Participações Ltda. - CNPJ 62.932.249/0001-92

1º Aditamento do contrato PR.2 - N.º 03/2007, objetivando alteração do contrato original, e acréscimo ao valor contratual em R\$ 62.866,95, correspondente a 49,05%.

Data da assinatura: 14/12/2007.  
Interessado: Domingas de Oliveira  
Localidade: Jacupiranga  
Processo: PGE - GDOC 18762-705832/2006  
Assunto: atrimônio Imobiliário e Ambiental - Transferência de Área

Despacho: Ante o exposto, com base no artigo 4º, § 2º, do Decreto N.º 28.